

Os Ramos, da Conceição à Boa Vista: notas sobre memória e identidade

Leonardo da Rocha Bezerra de Souza

Doutorando em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

<https://orcid.org/0000-0002-8192-1009>

E-mail: lrb.souza@gmail.com

Resumo: Neste artigo, apresento um conjunto de notas produzidas por meio de uma investigação realizada entre os anos de 2022 e 2023, sobre os Ramos, especificamente a trajetória de Luiz Vicente e de sua família, que deixaram o Quilombo de Conceição dos Negros por volta do ano de 1958, migrando para o Quilombo da Baixa da Nega. Essa trajetória está entrelaçada com diversos aspectos sociais e políticos, que envolveram o desenvolvimento da região central do Cabugi e do estado do Rio Grande do Norte (RN). Esses elementos evidenciam uma economia política racializada, que envolveu ativamente a família, levando-os aos processos de territorialização por meio dos pertencimentos, dos territórios, das rotas migratórias e de diferentes identificações. Ao trilharmos essas vidas, por meio da memória das descendentes, envolvemo-nos também com a produção de sentido e de significações que envolvem a formação da população negra e quilombola em termos de sua etnogênese.

Palavras-chave: Quilombos; Migração; Memória; Identidade; Territórios.

Os Ramos, from Conceição to Boa Vista: notes on memory and identity

Abstract: In this article, I present a set of notes produced through an investigation conducted between the years 2022 and 2023, about the Ramos family, specifically the trajectory of Luiz Vicente and his family, who left the Quilombo de Conceição dos Negros around the year 1958, migrating to the Quilombo da Baixa da Nega. This trajectory is intertwined with various social and political aspects that involved the development of the central region of Cabugi and the state of Rio Grande do Norte (RN). These elements highlight a racialized political economy that actively involved the family, leading them to processes of territorialization through belongings, territories, migratory routes, and different identifications. As we trace these lives through the memory of the descendants, we also engage with the production of meaning and significations that involve the formation of the black and quilombola population in terms of their ethnogenesis.

Keywords: Quilombos; Migration; Memory; Identity; Territories.

Introdução

O compromisso do cientista social não pode apenas se configurar no rigor científico que, por vezes, incorpora um *ethos* eurocêntrico, em que reafirma e reproduz as premissas, os preconceitos e as estruturas coloniais objetivadas e subjetivadas. É preciso romper com a verticalidade do conhecimento. Com isso, não estamos mudando somente o olhar do pesquisador sobre o objeto; mas orientando uma inversão crítica no sentido da reificação que alocou a pessoa no lugar da coisa ou “objeto”.

Após o giro colonial, encobriu-se e soterrou-se o mundo e ao outro (Dussel, 2012; Quijano, 2005), culminando na padronização pela raça que define a hierarquia global/racial. Diversificando-se as formas de exploração e espoliação que conviveram em ‘harmonia’, “[...] somente a partir da instalação desse cenário produtivo heterogêneo de espoliações diversas denominado “América”, é que o capitalismo se torna possível, sendo, portanto, como dissemos, a América é a precondição para o caminho do capital” (Segato, 2021, p. 58).

A violação que está no cerne da colonial-modernidade, produziu um sistema normalizador e produtor do que se define por “fronteiras ontológicas” (Fernandes e Souza, 2024), que podem ser alocadas, produzidas, reduzidas ou reinventadas, conforme os giros neocoloniais. Dessa forma, conseguimos observar contradições que incidem sobre o apagamento do mundo ameríndio, sobre a disposição do corpo que pode ser sacrificado, da voz que pode ser silenciada. Na Colônia, isso representa uma das formas do permanente estado de exceção (Mbembe, 2018, p. 28): “[...] as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”.

É nesse sentido que esse artigo se aloca, na tentativa de ouvir a voz silenciada e o corpo apagado e soterrado. De resgatar, do encobrimento, a voz que conta do seu sumiço por meio da sua presença. São migrações e pertencimentos silenciosos que produzem sentido para as pessoas, de um modo quase imperceptível ao nosso olhar colonizado. Isso tudo envolve biografias, trajetórias e, principalmente, a memória.

A biografia do sujeito vai nascendo conforme o movimento de sua voz que vai ganhando vida. Assim, nos debruçamos sobre o mistério do homem, explorando uma verdade oculta que não estará explícita. Mas, ao mesmo tempo em que a desenvolvemos,

somos criador e criatura, assim como da própria história e da sociedade, como pensa Mills (1973). A memória toma seu lugar como “[...] portadora de uma estrutura possível de futuro, é sempre uma memória viva” (Candau, 2021, p. 89).

A memória adquire valor objetivo, tornando-se bem mais que o ato de rememoração, ela própria é o processo de constituição de um projeto, que vai produzindo sentido para o sujeito. Ela associa a experiência corporal com o outro, pelo qual o próprio território é produzido. Denominam-se de territorialidades essas marcas da coletividade impressas em um território, para compreender e apreender esse processo de apropriação do espaço e de constituição de uma identidade. A memória pavimenta o caminho, via a experiência da pessoa por meio das lembranças, Candau (2021, p. 99) nos diz:

A lembrança da experiência individual resulta, assim, de um processo de “seleção mnemônica e simbólica” de certos fatos reais ou imaginários — qualificados de acontecimentos que presidem a organização cognitiva da experiência temporal. São como átomos que compõem a identidade narrativa do sujeito e asseguram a estrutura dessa identidade. De forma genérica, são os significantes da identidade pessoal mobilizados em função de três critérios: sua eficácia memorial presumida, a natureza das interações intersubjetivas e o horizonte de espera do momento de rememoração.

A relação com o presente é sempre próxima ao narrado, como afirma Candau (2021, p. 101), a partir da obra de Paul Veyne, um acontecimento é “um cruzamento de itinerários possíveis”. Esses acontecimentos surgem na fala e se materializam no discurso como presentificação dos interlocutores ausentes pela voz da pessoa presente. A partir do sociólogo, como o etnógrafo de Geertz (2014, p. 63), fica evidenciado: “O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o “com que”, ou “por meios de que”, ou “através de que” [...] os outros percebem”. Ao ouvir as interlocutoras, estamos apreendendo a forma como revelam suas lembranças e os acontecimentos, com um duplo papel, pelo qual a voz que carrega o discurso manifesta a rememoração. Isso implica no constante fazer e refazer o mesmo trajeto e pensar ao mesmo tempo a própria relação do aqui e agora e do futuro. Refletir sobre esses aspectos é um ato de costurar o tecido pelas mãos do outro, acompanhando a fiação e percebendo os pontos interrompidos, as rupturas, etc.

A partir dessa perspectiva é possível perceber, por exemplo, que os fluxos, sejam migratórios ou de produção de pertencimento, não obedecem a um paradigma de

estabilização ou de linearidade, podendo ser reinventados ou destruídos a depender dos sujeitos, do espaço, do caráter profundamente político-econômico-racial, social, moral e ontológico. É nesse contexto que a identidade vai sendo produzida, como forma de orientação e de autoafirmação em um território ou por meio das territorializações. O caso da família Ramos é um dos pontos de apoio para pensarmos identidade e memória como processos combinados que lançam luz sobre as dimensões que envolvem aspectos íntimos e exteriores, que nos possibilita a elaboração de uma crítica às estruturas coloniais.

A cidade de Pedro Avelino está localizada na região central Cabugi, a 20 km do Pico do Cabugi e a 156 km de Natal. A cidade tem pouco mais de 6 mil habitantes, segundo o censo de 2022. Predominando na sua estrutura econômico política: a agricultura familiar, produção de carvão vegetal, pecuária de pequeno e médio porte, além de outras fontes de recursos, como funcionalismo público e aposentadorias. O nível de ocupação formal, segundo o IBGE (2022), é de pouco mais de 12% da população. A partir dos anos 2011, o município entrou na rota de produção das energias renováveis, o que provocou algumas alterações em diferentes segmentos.

No final do século XIX e durante o século XX, o algodão foi o elemento central da cadeia produtiva potiguar (Clementino, 2010). Nessa região, grande parte das propriedades se voltaram à sua produção. Apesar de alguns autores defenderem o potencial democrático dessa cultura econômica (Suassuna e Mariz, 2005), ela não produziu democracia. Algumas pequenas propriedades, de fato, produziam algodão, porém havia um controle do maquinário e de recursos por parte dos grandes fazendeiros, como diz Clementino (2010). Além do poder tecnológico e das grandes extensões de terra, eles detinham poder político. Dessa forma, podemos entender que o algodão foi fundamental para a cimentação das relações sociais desiguais na região e, por que não dizer, do estado como um todo.

É preciso destacar que esse modo de produção agrário colonial, atrelado, sobretudo, ao processo de povoamento do RN, carrega consigo um conteúdo profundamente racializado, de forma que as estruturas de dominação coloniais formam um conjunto indissociável entre economia política e racialidade. Isso é reforçado não apenas por meio da leitura atenta da realidade colonial, mas também através de uma violência epistêmica, como demonstrou Cavignac (2003), ela revela que autores como Câmara Cascudo (1985)

contribuíram com o apagamento e o encobrimento da presença negra, indígena e cabocla da formação social potiguar.

Estudos como o de Furtado (2014) reconhecem o encobrimento e afirmam a presença negra, por meio dos quilombos e de seus ciclos ao longo de todo o período colonial e escravocrata. Cavignac (2007), Oliveira Jr. (2021) e Almeida *et al* (2022), nos revelam que dessa política de apagamento resulta em uma invisibilização social, algo que vai sendo desconstruído, seja por meio de políticas públicas ou da elaboração da etnogênese desses povos. Pelo menos desde 1988, esse movimento acontece pactuado minimamente através do direito; e da etnicidade e autodefinição como categorias centrais do reconhecimento.

O algodão não apenas fundamentou hierarquizações sociais, como produziu uma heterogeneidade de formas de exploração e espoliação que se desdobram até na contemporaneidade na tessitura social do estado. Esse ciclo estabeleceu novas dinâmicas socioterritoriais, como os processos migratórios e rotas de exploração que, ao longo da colonização, foram sendo apropriadas por novos modelos de desenvolvimento.

A migração, nesse sentido, é um processo de desenraizamento, ela “[...] em si é indicadora não só da sociedade e das relações de fora entre regiões, mas também é, fundamentalmente, reveladora dos dilemas e conflitos subjetivos a que está afeito todo aquele que se desloca” (Cavalcanti, 2002, p. 148). A autora entende a migração como um processo perpassado por outros, que incluem elementos conflitivos e diferentes interfaces. Mais que isso, Cavalcanti (2002) pensa a migração como um rito de passagem. Nesse rito, o migrante vê-se rompendo com seu mundo, pela produção de seu ‘outro’ mundo.

A migração revela outros processos de territorialização, na qual o espaço é ocupado. Através disso, observa-se a produção de sentido sobre o mesmo. Como comenta Raffestin (1993, p. 143), o espaço antecede o território, ele: “[...] se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço”. O espaço é, também, como aponta Santos (2017), um produtor de sentido histórico e social; ele não é neutro, pode ser visto como uma zona de atritos entre atores e grupos sociais. A territorialização é justamente esse processo de

ocupação em que os conflitos se adensam, resultando na apropriação ou expulsão, bem como na estigmatização derivada desses atritos pelos grupos sociais envolvidos. Tanto entre os “Outsiders” quanto entre os “estabelecidos”, para fazer jus ao trabalho de Elias e Scotson (2000).

A família Ramos deixou o Quilombo de Conceição dos Negros para habitarem o território do Quilombo de Baixa da Nega (de Santana dos Matos para Pedro Avelino). Esse trajeto revela não apenas os contornos da própria família, mas sim do próprio território que vai sendo produzido com suas fronteiras e as demais relações sociais; o que corresponde ao movimento que explica não apenas a formação de um grupo étnico, como também do processo de colonização e as nuances derivadas.

Pela saga da família Ramos vemos a disposição dos corpos e dos territórios, bem como das narrativas e da produção de identidade, de cultura e de como elas se transformam. Nesse contexto, existem cruzamentos que orientam diversos campos da vida social, sejam eles: quilombo, sindicato; trabalho e pertencimento; território, cidade, comunidade; família, amigos, parentes; entre outros. Essa família permaneceu em Baixa por muitos anos. Alguns parentes, até sua completa desterritorialização, por volta dos anos 1980, com o declínio total da produção algodoeira. A família de Luiz morou no quilombo, depois deixou o território, partindo para novas experiências, até chegar ao sítio Boa Vista. Esse processo produziu novas territorialidades e formas de identificação, por seu turno, pertencimentos e trajetórias que se desdobram nas notas a seguir.

Os resultados aqui apresentados foram obtidos durante uma pesquisa realizada entre 2022 e 2023, envolvendo uma análise documental no sindicato dos trabalhadores rurais de Pedro Avelino (RN), nos documentos obtidos junto à família Ramos e outras fontes primárias. Existem alguns dados de apoio que são frutos do eixo etnográfico da pesquisa. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com alguns membros da família Ramos. O texto está esquematizado de acordo com o percurso estabelecido pela filha mais velha de Luiz Vicente Ferreira (1918-1994) e Dona Assis (1938-2021), Damiana Ferreira e de sua prima, Luiza Marte. Elas são protagonistas e contadoras da história da família. É através da memória e do conhecimento dessas mulheres que as notas a seguir ganham vida, contanto, refletindo e analisando a trajetória da família Ramos de Luiz e Dona Assis.

As entrevistas foram realizadas por meio de roteiro pré-estabelecido, tendo como objetivo principal compreender a trajetória da família de Luiz Vicente, como uma daquelas que habitaram o quilombo da Baixa da Nega, além de explorar as relações de pertencimento estabelecidas pela sua família no/na quilombo/cidade em que chegou. Não são muitas as fontes primárias e as testemunhas oculares que registram e guardam as memórias desse tempo. Afinal, boa parte das famílias do antigo quilombo de Baixa e da Conceição, estão espalhados pela região e pelo estado, o esforço para localizá-los é uma tarefa que exige mais recursos.

Damiana Ferreira ainda mora na cidade e mostrou-se mais acessível para dialogar sobre a trajetória de sua família. O trabalho com memória e trajetória de vida revela não somente fatos felizes, mas, por vezes, dores profundas, isso em muitos casos, torna-se um obstáculo à interlocutora. No caso de Damiana, na entrevista realizada em sua casa, revela como acompanhou seus pais na luta por sobreviver e produzir o território. Já Luiza Marte, ainda mora em Santana dos Matos, é professora, sempre que pode viaja para o quilombo da Conceição, onde viveu por muitos anos. Sua entrevista, realizada virtualmente, forneceu dados que não apenas falam da própria família ou de sua prima, como também apresenta toda a conjuntura que contribuiu para que eles iniciassem a migração, possibilitando também enxergar a produção de outros pertencimentos, daqueles membros da família Ramos que permaneceram no lugar. Assim, temos com essas duas entrevistadas um conjunto de memórias que viabilizam a montagem de um mosaico, apresentado a seguir por meio das notas.

Nota I: “A gente pode andar por onde andar e trabalhar por onde trabalhar, mas no dia em que a gente quiser voltar, a gente volta pra nossa terra”

Segundo Damiana Ferreira, a chegada de sua família em Pedro Avelino e no quilombo de Baixa da Nega, ocorreu provavelmente devido à busca por uma vida melhor:

Receberam o apoio e ficaram por um determinado tempo [em Baixa]. Aí alguns foram falecendo e alguns foram saindo [seus parentes que vivam lá]. Meu pai saiu quando eu estava com 1 ano de idade [nascida em 1973]. E eu acho que ele morou uma faixa etária mais ou menos de uns 15 anos, mas aí

não tenho certeza. No finalzinho do ano (Damiana Ferreira, transcrição de entrevista gravada em 2023).

Segundo ela, seus pais chegaram ainda em 1958, auge da produção de algodão na região. Antes vivam em Conceição dos Negros, em Santana dos Matos. Segundo o relato encontrado de sua prima, podemos entender melhor parte da árvore genealógica dos Ramos e alguns motivos e consequências de sua partida. Em entrevista, ela comentou que em Conceição a vida naquele tempo era difícil, lidavam com a escassa falta de recursos, o que obrigou muitas famílias a saírem do quilombo em busca de trabalho em outras regiões.

O algodão, naquele tempo, era ainda um produto extremamente importante na cadeia produtiva potiguar (Clementino, 2010), movimentava os ciclos econômicos e servia de cimentação para manutenção de elites agrárias no poder (Clementino, 2010). Esse elemento, como observamos, lida com um teor racializado que envolve principalmente o uso da mão de obra negra. De Conceição partiram muitos parentes. Os dois tios de Luiza são Luiz Vicente e Manoel Vicente. Seu pai permaneceu em Conceição dos Negros. No quilombo vivia a família Ramos que tinha entre outros sobrenomes: Constância, Arcanjo, Alcântara e/ou Ferreira.

Os Constância de [Dona] Assis e a família Ramos, são o mesmo parentesco [do Ramos]. Devido a questão quilombola, a questão dos Coronéis. No documento tem um fato interessante que eu descrevi, como “De onde viemos e quem somos”. Meus bisavós, o velho Zé dos Ramos; e minha bisavó Josefa Ramos, eles vieram morar nas Terras do Coronel João Martins, meu bisavô José dos Ramos, que se casou com minha bisavó que era de Ipanguaçu que era de Santana dos Matos. O Coronel mandou buscar a minha bisavó, para casar ela com meu bisavô. Então, eles não se conheciam, foi um casamento feito à voz do Coronel. Diante disso, eles não se conheciam, mandou buscar e fez o casamento. Aí veio essa geração. Então quando o Coronel João Martins disse que era o proprietário das nossas terras, que hoje é nossa, quando ele adoeceu e viu-se fragilizado, ele não tinha meu bisavô como um escravo, naquela época eram chamadas as pessoas que trabalhavam na casa grande. Mas o Coronel João Martins não tinha meu bisavô como escravo. Tinha como pessoa dele. E quando chegou ao fim da vida, foi se fragilizando, então ele doou para meu bisavô e a família, a terra e o ouro. Foi a herança. O que acontece? Nossa família com ouro e terra, eles venderam para se alimentar. Eles não tinham emprego. Mas venderam o ouro, e não a terra. Porque diziam assim: “A gente pode andar por onde andar e trabalhar por onde trabalhar, mas no dia em que a gente quiser voltar, a gente volta pra nossa terra”. Para isso, essa terra existe. Quando os mais velhos morreram, meu pai dividiu as terras, tantas braças para o pai de Assis, tantas para o pai de Dedequinha, e as da outra irmã que veio a falecer.

Cada um tinha um pedacinho de terra, pai não se apossou. Até um tempo desse, os filhos de Manoel Vicente tinha suas braças de terras, só que venderam. A de pai não foi vendida. Não aceito que venda. Porque eles não venderam, passaram necessidade e não venderam. A terra é pra quem quiser da família morar. Foi feito o ITR no meu nome, quando meu pai morreu, mãe passou para meu nome. Sonho muito em comprar, mas não vender. Porque meus bisavós passaram fome, venderam o ouro, e não venderam a terra. E hoje eu peço a Deus que não me dê necessidade para ter que vender a terra. Terra é pra família que quiser morar. No dia em que quiserem passar um dia na conceição, passam no que é nosso (Luiza Marte, transcrição de entrevista gravada em 2023).

Ao olhar a migração de Luiz e de Manoel, vemos a formação de um quilombo constituído por herança. Isso é um referencial importante para pensarmos a etnicidade dos povos tradicionais, afinal, estamos realizando praticamente um exercício sobre a etnogênese de Conceição e de Baixa. A divisão das terras quase sempre é realizada pelo irmão mais velho, que, em tese, tem conhecimento e autoridade na família para dividi-las. No caso dos Ramos, José foi não somente o responsável por isso, como foi aquele que permaneceu no lugar. Conceição é formado através das relações sociais assemelhadas à servidão, porém ligadas à escravidão. Essa relação que se expressa por meio do convívio, da fraternidade, da parceria ou mesmo da servidão está profundamente associada ao mascaramento do caráter escravista como fundamento nas mesmas relações. Isso levou muitos estudiosos da formação potiguar a atenuar o peso da escravidão na história do estado.

A fronteira ontológica entre o senhor e o escravo aqui é desfigurada, não imprimindo uma marca de opressão, e sim de fraternidade ou paternidade. A doação da terra como forma de retribuição pelos cuidados do Zé dos Ramos com o Coronel, revelava esse processo. Isso, por outro lado, nos faz questionar as incorporações da lógica senhorial ao regime de opressão, vemos o casamento arranjado como um meio para constituição de uma família. A doação da própria vida e da família aos cuidados do Coronel, que lhe retribui com a posse da terra.

Outro trecho de sua fala, ainda revela sua relação com a terra, a produção do pertencimento ao lugar. Deus é invocado ante a relação de temor diante da necessidade. Já que a sua relação de permanência no lugar, acabou se consolidando, relacionada pela sua vida junto aos pais. Conceição foi moldada entre os irmãos e parentes, por meio da compra,

o pai de Luiza comprou dos irmãos as parcelas herdadas por eles, isso assegurou certamente recursos para que os Ramos em Pedro Avelino pudessem ocupar suas terras ou empreender seu trabalho. As ocupações da família Ramos vão se misturando e transitando. Até certo momento, em que há a ruptura, temos então um novo quilombo, novas vidas, e manter a posse sobre Conceição já não é necessário; ou mesmo, se tem outra necessidade.

Apesar do ouro e da terra, as vendas precisavam ser feitas para a sobrevivência, tentando sempre permanecer ou manter a terra ocupada. Era o lugar para onde qualquer um poderia voltar, mas nem todos regressaram. Os Ramos lidavam sempre com o que Luiza definiu como um desapego que é paradoxal, em outro trecho ela comentou sobre seus irmãos:

Meus irmãos saíram para trabalhar no mato grande, nas fazendas, porque não tinha ganho [em Conceição]. Então depois eles foram para Afonso Bezerra e depois em Ipanguaçu, em Pataxó. Também o outro foi para São Paulo, veja como chegamos nos apegando. Faz 27 anos que ele não vem ao RN, porque ele quer que eu vá. Agora que ele venha, ele diz que não vem, porque não tem do que viver, não veio quando mãe era viva, agora não tem o que ver. Mas assim é esse o apego, não somos apegados. Não vamos ficar aqui e dizer: vou ficar aqui sem construir nada. Depois pode até voltar, mas... é o que aconteceu com a família que mora aí (Luiza Marte, transcrição de entrevista gravada em 2023).

O processo migratório acabou sendo uma marca da ocupação dos Ramos. Essa nova geração persiste transitando, afinal, Luiza ainda pensa: “A gente não tem essa coisa de dizer que ‘não vou buscar o futuro’, para ficar nessa coisa de plantando esse pé aqui não. Que até pé de mato morre, que dirá de gente” (Transcrição de entrevista gravada em 2023). O mundo da família Ramos, semelhante ao mundo dos pais de Luiza e Damiana, persiste norteado pela máxima da necessidade de partir. Para Luiza, voltar à sua Conceição é sempre prazeroso, ficar no lugar em que seus pais viviam, no quilombo em que seus avôs, mesmo passando necessidades, fome e tantos desafios, permaneceram morando. Isso, contudo, está além do que ela pode controlar, ela comenta:

[Pesquisador] Você pensa em ir embora?

[Luiza Marte] Não, porque eu tenho minha função aqui em Santana dos Matos, mas eu sempre digo, se eu não tivesse meu cargo efetivo [Professora da rede municipal de ensino], eu não estaria aqui. Eu fui convidada para ir para Pedro Avelino. Eu passei no seletivo do estado. Me convidaram porque abriu uma vaga para Pedro Avelino. Se fosse cargo efetivo, eu ainda ia me

abalar para fazer os dois municípios. Mas não, vou aguardar. A gente não tem essa coisa de dizer que ‘não vou buscar o futuro’, para ficar nessa coisa de plantando esse pé aqui não. Que até pé de mato morre, que dirá de gente (Luiza Marte, Transcrição de entrevista gravada em 2023).

O desapego ao lugar que diz Luiza, aparece como uma estratégia de vida. O ouro se foi, a terra ficou; mas é preciso partir para sobreviver. Ela, por outro lado, vai até sua ancestralidade em busca da pertença. Conseguiu em meio a adversidade, como negra e descendente de escravizado, seguir em Santana, tornou-se professora e pesquisadora, continua voltando à sua Conceição e esperando o mesmo dos primos que cresceram longe dali, em outro quilombo. Seus irmãos seguiram, como outros Ramos, o caminho mais distante, já não se apressam em regressar. Eles seguem buscando o futuro, como diz Luiza.

Para Damiana o trajeto foi diferente, nascida já em Pedro Avelino, até um ano permaneceu em Baixa da Nega, e por esse motivo pouco se recorda. Lembra do que lhe contaram, foi depois da morte do fazendeiro que eles tiveram de sair do território no qual trabalhavam há 15 anos. Diferente do Coronel João Martins, Luiz Felipe não doou terras, os conflitos com os donos de terras inviabilizaram sua permanência por motivos que se apagam, são esquecimentos de um povo, algo que se perdeu no silêncio. Goody (2019) nos diz que o esquecimento e a criação são “duas faces da mesma moeda”. “O esquecimento exige invenção e a criação; a criação provavelmente exige algum esquecimento” (Goody, 2019, p. 64). Diante disso, as datas podem ser confundidas, o momento exato, o que lhe foi dito como motivo; porém, não se pode perder o movimento de vista.

Damiana então explica,

[Pesquisador] Por que eles saíram de lá [Baixa da Nega]?

[Damiana Ferreira] Meu filho, isso não sei dizer. Assim, uma parte eu entendo que esse Luis Felipe já tinha falecido, passou para segundas pessoas e não foram se entendendo bem, então ele saiu. Acredito que foi dessa forma.

[P] Quando seu pai veio para cá, foi por que alguém disse para ele vir ou o que aconteceu, foi via algum parente, amigo, como foi?

[D] Essa parte eu também não sei como te passar. Acho que deveria já ter vindo alguém, algum deles e foi vindo. Entende? Atrás do trabalho, essas coisas. Entendo que foi essa parte. Mas sobre isso aí, não tenho certeza.

Foram aproximadamente 15 anos trabalhando na Baixa da Nega. Deixaram a comunidade para trabalhar em outra fazenda, na qual ficaram por 5 anos. Ela começa a recordar com mais precisão esses momentos. Em parte de nossa conversa, comentou que também deixaram o Rio do Feijão, após um comentário do fazendeiro. Segundo ela, seu pai ouviu dele um comentário de que ele já tinha mais animais de criação do que ele próprio, o dono da terra. Isso não soou bem para Luiz Vicente, que tão logo conseguiu vender alguns animais, comprou o sítio onde passaria o resto de sua vida e ainda hoje pertencia aos seus descendentes. Como nos disse Luiza, o sítio onde para sempre os Ramos de Luíz terão para onde ir, onde Damião criou e ainda cria ‘suas vaquinhas’.

As relações com os fazendeiros sempre foram problemáticas. Por trás do apadrinhamento e dos acordos, existia sempre uma relação conflitual e de poder desigual. Praticamente todos os fazendeiros tinham não apenas as terras, mas grandes armazéns conhecidos como barracões, onde os peões adquiriram mantimentos básicos. Isso implicava, na maioria das vezes, no processo de endividamento da família que além da exploração da força de trabalho, tinha que cumprir com os pagamentos ao barracão. Em suma, a família já iniciava uma nova vida, muitas vezes com um endividamento junto ao proprietário do barracão (geralmente, o fazendeiro). Foi assim com esses fazendeiros, segundo contou Damiana.

Esse processo passa a constituir o principal elo no sertão, o coronelismo, semelhante ao processo notado por Leal (2012), em que a municipalidade e o poder local sedimentam um poder regional dos coronéis. Isso ainda se reproduziu por todo o ciclo do algodão. A economia política adquire sua feição algodoeira, controlada por esses detentores do poder. Isso é comentado também por Clementino (2010), que explica o quanto os fazendeiros conseguiram ter um controle amplo sobre maquinário, recursos e, em consequência, no poder político. Em Pedro Avelino, ainda hoje, observamos um enorme complexo de usinas de beneficiamento do algodão, já em ruínas.

Entre a chegada e a partida de Baixa, notamos eventos importantes na vida do patriarca Luiz Vicente e de sua família. Primeiro, segundo Damiana, seu pai deixou a Baixa, ainda no final do ano de 1974. Nos registros documentais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedro Avelino encontramos uma informação que a sua filiação ao sindicato

aconteceu no final de 1971, quando ainda estava em Baixa da Nega. De fato, Luiz Ferreira foi um dos principais atuantes junto ao sindicato. Segundo Damiana, ele foi responsável por filiar inúmeros parentes e o letramento o ajudou muito no convencimento de outros parentes e amigos para participarem do sindicato.

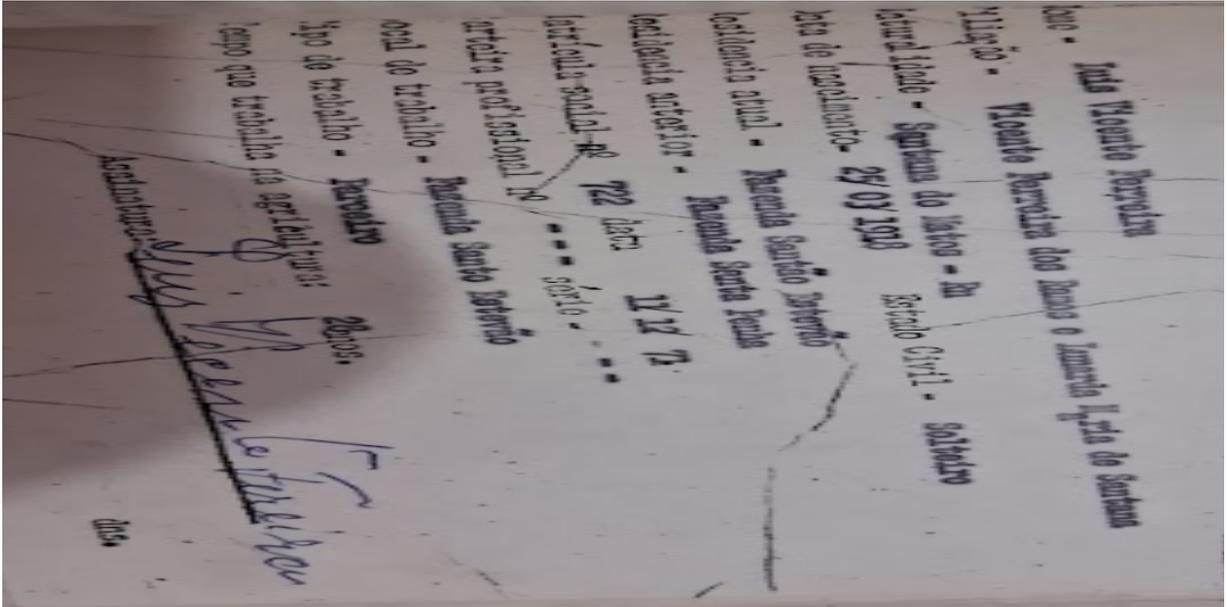


Figura 1: Documentação de Regularização do Sindicato da Lavoura de Pedro Avelino.
Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedro Avelino.

Em outra parte da documentação, encontramos registro da participação de Manoel Vicente. Além de outros membros da família. O sindicato da lavoura, como era denominado na época, foi fundado em 1962; a documentação em que consta os dados de Luiz Vicente é um registro de informação ao Ministério do Trabalho, uma exigência do regime militar na época. Luiz Vicente foi candidato em 1969, mas sua chapa foi derrotada. Consta que trabalhava na Fazenda Santo Estevão, em regime de parceria. Em Rio do Feijão, Damiana nos conta:

Segundo houve assim, meu padrinho [Fazendeiro] disse a ele que ele podia morar lá e criar a vontade o que ele quisesse. Só que chegaram a conclusão que meu padrinho queria dizer que ele tinha mais bichos que ele. Aí foi quando ele decidiu vender [os bichos] para comprar uma fazenda [sítio]. Na verdade, ele não vendeu, ele trocou, fez trocas. Avaliaram e trocaram (Transcrição de entrevista gravada em 2023).

Perguntei como era o trabalho, se tinha salário e contribuição, ela me disse: “Meu filho, na época não existia salário, acho que era um valor determinado, não era em termos de salário”. Esse era o regime de uso da força de trabalho. Nos períodos de seca, ela recorda a dificuldade, tinha dias apenas de comer feijão. Ela hoje em dia lamenta não conseguir seguir o ritmo que sua mãe tinha, de junto aos serviços do pai criar galinhas, preparar queijo e manteiga. Damiana saiu do sítio após o falecimento da mãe, hoje ela é servidora pública e mora na cidade.

As atividades políticas foram importantes para Luiz Vicente, segundo sua filha, ele passou a ter uma atuação forte. Tendo feito amigos entre peões, comerciantes e fazendeiros. A grande mudança nesse período, foi a conquista do sítio Boa Vista, uma pequena propriedade de pouco mais de 10 hectares. A partir de então, já não havia Conceição ou Baixa, mas sim uma pequena residência, próxima a cidade. Isso permitiu às filhas estudarem na zona urbana, enquanto ele e Dona Assis, seguiam na agricultura. Outros que os acompanharam já haviam partido.

Na época da diáspora entre Conceição e Baixa, Dona Assis trouxe consigo o irmão, Luiz Geraldo. Ele viveu com eles por muito tempo, até sair do quilombo e da cidade. Segundo Damiana, Luiz Geraldo foi para Ceará-Mirim, no litoral, onde tinha parentes. Foi trabalhar no engenho, onde ficou por muito tempo, até retornar para a Pedro Avelino. Luiz Geraldo nasceu, segundo os documentos, em Ceará-Mirim, no ano de 1945. Esse fato nos revela outro movimento, sua carteira de identidade e de sua irmã mostram dois movimentos não compreendidos. Não houve apenas uma migração de Conceição para Baixa em 1958; mas uma anterior, Assis nasceu em Santana dos Matos, seu nome completo era Francisca de Assis Arcanjo, 1938, filha de Maria Constância de Santana. Ele, Luiz Geraldo Alcântara, 1945, nascido de Maria Constância de Alcântara.

Do Rio do Feijão, que mais tarde se tornou o primeiro assentamento da reforma agrária da cidade, foram para o sítio Boa Vista. Nesse momento, a vida da família Ramos estava ligada à terra novamente. O sítio Boa Vista fica próximo à zona urbana, a menos de 5 km de distância. Naquele lugar cresceram as irmãs de Damiana e, na entrevista, Luiza me disse que já havia ido visitá-las. A trajetória de Luiz Vicente foi encerrada naquele lugar. Mas sua família seguiu. Dona Assis faleceu em 2021, ainda morando em Boa Vista.



**Figura 2: Carteira de Trabalho de Luiz Vicente, RG de Dona Assis e de Luiz Geraldo.
Fonte: Acervo da Família Ramos.**

Luiz Vicente faleceu no ano de 1994, depois de um período de adoecimento que lhe deixou acamado e deixou Damiana e suas irmãs cuidando dele em casa. Sua mãe, Dona Assis, faleceu em 2021, já idosa. Seu tio, Luiz Geraldo, voltou de Ceará-Mirim, para morar novamente em Pedro Avelino, no assentamento Nova Horizonte. Em sua carteira de filiação consta o dia 28 de Maio de 2004 como data em que se associou. As trajetórias migrantes da família Ramos (Ferreira, Constância, Arcanjo ou Alcântara) se desenrolam em diferentes sentidos, direções e formas de ocupação e pertencimento. De Conceição até Baixa da Nega temos apenas um desses trajetos; que, por sua vez, se desdobra em outros, nem sempre tão novos, por vezes reproduzindo uma rota colonial.

Nota II: “O sodoro assado eles descascavam, eu achava bonito, a gente sentado todo mundo ali [...]”

Eu tive muita dificuldade assim... [de adaptar-se à zona urbana]. Na rua é diferente, criar uma galinha e porco, coisa assim, como eu era acostumada, eu queria acompanhar. Aqui é pequenininho. Eu ainda tenho a dúvida, porque eu não sinto que fui bem vinda aqui. Acho que meus vizinhos me ignoram ou eu ignoro eles. Graças a Deus, não tenho desavenças com ninguém, aqui tem uma vizinha que não me dá bom dia. [...] eu deixo a vida levando (Damiana Ferreira, transcrição de entrevista gravada em 2023)

A vida na cidade apresenta à Damiana inúmeras diferenças em relação à vida no campo. A sensação de estranhamento aparece em suas palavras. Sente falta das galinhas.

Seus processos de territorialização impactaram significativamente não a partir de Baixa ou de Conceição, mas sim em Boa Vista, quando seus pais conseguiram pela primeira vez desde a migração, um lugar deles mesmos, onde ficam suas lembranças e recordações. Não apenas as boas, mas também os momentos difíceis. Perguntei se ela recordava de lembranças, como de alimentação, ela disse que sim. As comidas a base de xique-xique ainda estão também nas suas recordações:

Eu achava bonito minha mãe fazendo, porque ela gostava, se passou na infância dela. Ela fazia, assim porque chegou e queria mostrar para a gente. Às vezes, para reunir as famílias, teve gente, de fora, que chegou a pedir para ela tirar, para quando eles viessem, mostrar. Então, eu participei dessa roda, eu tinha curiosidade. Mas que foi uma coisa que não me encaixou. Mas meus irmãos, eu vi eles comendo. O sodoro assado, eles descascavam, eu achava bonito, a gente sentado, todo mundo ali pegando, mas eu ... nunca. [...] Minha mãe chegou a fazer, tinha uma tal de Crueira de sodoro, cuscuz (isso ela nunca fez pra gente ver) (Damiana Ferreira, transcrição de entrevista gravada em 2023).

A alimentação é sempre um dos elementos centrais na procura pela rememoração. Para minha interlocutora, a beleza se expressava por meio do momento coletivo em que todos estavam sentados em roda, no sítio Boa Vista, comendo o alimento que derivou à base de sodoro. Em um certo momento o sodoro era usado como comida. Era o caso da crueira, um prato típico da região, associado diretamente aos momentos de seca e à pobreza. Segundo o memorialista Zé Wilson, a crueira era um prato consumido pelos mais pobres. Em entrevista, ele comentou que no quilombo da Aroeira, também em Pedro Avelino, havia uma pequena produção, os quilombolas produziam e vendiam na cidade, durante os anos 1950/60. Essa, segundo ele, era uma das marcas do lugar. Foi ele quem orientou corretamente quem eram os Ramos e a importância deles na construção da Baixa da Nega.

A crueira é um prato associado aos desafortunados. Normalmente feita quando faltam alimentos. No entanto, conforme Damiana comentou, ela incorporou outra carga, por meio dessa iguaria, Dona Assis recordava da infância, apresentava aos filhos a comida e com isso também revelava um pouco do passado e da ancestralidade que carregava consigo. Damiana enxergava nela, agora, a beleza do coletivo descascando e comendo; de sua mãe fazendo e escolhendo o sodoro ideal para o preparo. Seu riso durante a entrevista dizia mais do que as palavras, ao recordar desses momentos.

O movimento descrito por Damiana, em que a mãe produzia a comida, era feito com o objetivo de reviver alguma lembrança ou recordação que lhe fazia bem vivenciar, mas também objetivava apresentar uma parte daquele passado aos outros, aos que chegavam. Isso era uma marca genuína da ocupação dos Ramos e de suas trajetórias de migração, que era resgatada. Assim, a crueira e o ato de produzir aquela comida, representava não mais sobreviver, mas compartilhar do passado e manter viva essa história trabalhada pelas mãos de Dona Assis. Esse momento é parte da produção de etnicidade do povo dos Ramos; por meio da crueira não apenas ocuparam os quilombos, como transformaram Boa Vista em um templo da memória, o território e as práticas alimentares, tudo reforça a produção de uma identidade própria da família, que atravessa outras dimensões, o quilombo vai sendo redesenhado através do referenciamento identitário da comida. A cada experiência se recupera e se revive a ancestralidade que era nutrida no lugar — a relação entre passado e presente; memória e prática; a necessidade de dar vida.

Damiana fala das dificuldades que recorda ter passado, principalmente em 1983, quando lembra do período em que ia para a escola tendo se alimentado somente de uma bolacha seca. Lembra do feijão que era entregue pelo governo, o qual ela não conseguia comer, diz seu relato:

Minha mãe botava hoje no fogo, para comer amanhã ao meio dia, isso num fogo a lenha, que na época nós não tínhamos conhecimento de panela de pressão. [...] O fogo a lenha cobrindo de fumaça. Minha mãe sempre foi organizada de limpeza, panela tampadinha, mas era dessa forma. Mas não cozinhava. Era essa a nossa refeição da seca (Damiana Ferreira, transcrição de entrevista gravada em 2023).

As mudanças na vida doméstica com tempo aparecem no relato. Minha interlocutora narra que, em conversa com sua sobrinha, tinha de explicar que antes não tinham panela de pressão, tudo demorava para amolecer e ser comestível. São momentos em que não se recorre mais ao preparo da comida, apenas às lembranças de minha própria interlocutora que ocupa uma função de guardiã da memória. Em outro momento, a produção da comida era por onde sua mãe, silenciosa como de costume, contava sobre sua vida, sobre seu povo; o partilhamento disso coletivamente, na vida doméstica ou pública, dentro do quilombo, trazia às novas gerações o fio histórico do povo.

As mulheres, como observamos ao longo do texto, ocupam um papel central na experiência com a memória, desde os momentos de reviver e contar a história da trajetória, como fez Dona Assis à sua filha; como através de Luiza que carrega suas memórias e as trabalha ao contar a trajetória de sua gente. Do mesmo modo, Damiana incorpora a contadora e protagonista dessa história, a qual imagina, recorda e que lhe é um território profundamente afetivo. São mulheres que vão exercitando a dialética de Gonzalez (2020), memória e consciência, em um jogo só, para produzir sentido para si e sobre o território que vão ocupando:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui (Gonzalez, 2020, p. 78).

As mulheres negras, como discorre Gonzalez (2020, p. 198), estão nesse cruzamento entre opressões, ela “[...] tem sido uma quilombola exatamente porque, graças a ela, podemos dizer que a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro”. O exercício de minhas interlocutoras é um esforço de recuperação também de um estatuto ontológico da mulher, como protagonista e sujeito que significa o mundo a partir da experiência. É um *status* que, como observado por Segato (2021), transacionou entre o mundo aldeia e o mundo moderno, em que a partir do gênero, pode se perceber a dualidade ontológica do primeiro mundo, sendo substituída pelo binarismo e as derivações do mesmo, o universal, no segundo mundo.

As guardiãs da memória são aquelas que ao narrar suas próprias vidas e as memórias produzem uma identidade cruzada pelas diferentes formas de violência, entre elas, a simbólica (Bourdieu, 2024). Assim como, pela violência de gênero e doméstica, essa última, segundo Saffioti (2015), vista sob o prisma da produção de dependência afetiva e econômica; e do gênero feminino situado como passivo às agressões, aquele que não é dominante. Essas formas de violência ocorrem não somente por meio a agressão física, da perda/invasões dos territórios, como também da cassação da voz do povo negro, quilombola e, especialmente, as

mulheres negras sobre suas próprias trajetória. Com isso, provocando o apagamento de suas presenças nas narrativas oficiais sobre a formação do estado e do país.

O exercício dessas mulheres em rememorar é, assim, uma forma de experienciar o vivido e contar sua versão do acontecido, refletindo a si mesma e se posicionando como sujeito. Não é a consciência apenas do lugar social, enquanto classe ou profissão, mas a produção de sentido que provoca reflexões sobre onde se está ou para onde seguir; quem fala ou quem se é. Os atos feitos há bastante tempo por seus pais, avós e muitos outros, agora são lidos pelos seus próprios olhos e narrados pela própria fala de duas mulheres negras. O exercício da memória é aquele de refletir sobre si mesmas e sobre outras mulheres que, ao longo de suas trajetórias, representaram também guardiãs de um saber e de uma experiência em que trabalham as lembranças e os esquecimentos. Para Damiana, por meio do que sua mãe lhe falava, ela conhecia e agora empresta sua voz a partir do seu próprio imaginário, da recordação, das lembranças e dos afetos, transformados em trajetórias.

A conversa com Damiana segue e a casa vai sendo descrita sutilmente, como ela recorda de sua Mãe e do seu zelo e organização. Aos poucos isso muda na nossa conversa, vai dando vez ao adoecimento de seu pai e depois sua morte, isso acaba abalando a família:

Em 1986 quando meu pai adoeceu, precisou eu ir para Natal, para ir com ele, ficar na casa da minha família, para cuidar dele lá. [...] Fiquei até 1990, quatro anos sem estudar, na época não era obrigatório ficar sem estudar. Eu fiquei para cuidar do meu pai, porque ele não pode mais voltar para a agricultura. Fiquei [voltada] para cuidar dele e minha mãe foi trabalhar. [...] Nunca fui muito de agricultura, fiquei para cuidar da casa. [...] No ano de 1993 minha mãe passou um mês e quinze dias no Walfredo [Gurgel; pronto socorro em Natal], foi um período de uma doença que se chamou cólera e ela teve essa doença. Ela teve essa doença e passou quinze dias em coma. Foi quando eu passei a tomar responsabilidade de tudo, compra, conta. Meu pai estava acamado (Damiana Ferreira, transcrição de entrevista gravada em 2023).

A situação da família Ramos no início dos anos 1990 mudou consideravelmente. Luiz Vicente estava acamado e já não tinha consciência. Dona Assis havia sido internada e estava em coma. As responsabilidades de minha interlocutora aumentaram consideravelmente. Seu irmão mais velho, Damião, assumia a roça e trabalhava fora para conseguir ter mais dinheiro para ajudar na casa. Algumas das suas irmãs também

buscaram trabalhos fora, uma delas trabalhava na cidade e outra foi morar em Natal. Sua mãe conseguiu se recuperar, seu pai faleceu em 20 de Janeiro de 1994. Durante seu retorno, pouco teve contato com o esposo, já que ele estava fragilizado e ela há pouco havia se restabelecido, ainda debilitada.



Figura 3: Sítio Boa Vista, em Pedro Avelino (RN). Fonte: Acervo do autor.

O relato de Damiana constitui duas cenas que começam partilhando uma roda e provando do sodoro; outra mostra o desfazimento da roda e o sofrimento encarado pelo seu pai e sua mãe. Os irmãos inventam e reinventam para sobreviver, cuidar dos pais e de si mesmos. O sítio que outrora havia sido um sonho, guardava agora as dores de toda uma família, sua saga. Interrupções, silêncios e momentos de grande dificuldade. Em Boa Vista, Luiz Vicente encerrou sua saga, aos 76 anos de idade, passando por Conceição, Baixa da Nega, Rio do Feijão e Boa Vista. Esse declínio muito espelha ou reflete o campo, restam de Baixa da Nega ainda as ruínas do que antes era tomado por algodão e homens e mulheres, negras e negros trabalhando arduamente. Luiz Vicente e sua família estavam lá. Construindo

a produção algodoeira e assim também fazendo a própria vida no lugar. Em Boa Vista teve sua terra, não voltou para Conceição, permaneceu onde determinou a si próprio: ficar, cuidar e viver. Deixando os filhos e esposa.

Nota III: Entre a amizade e o silêncio

Damiana me contou que enquanto o pai estava vivo, os irmãos não fumavam ou bebiam, ele mantinha um controle sobre a casa, algo que mudou radicalmente após seu adoecimento e depois com sua morte. Duas de suas irmãs trabalhavam como domésticas dentro e fora da cidade de Pedro Avelino, uma delas inicialmente fez isso escondida do pai. Já moravam em Boa Vista quando começaram a trilhar seus próprios caminhos. Seu irmão permaneceu vinculado à agricultura, hoje em dia aguarda a aposentadoria enquanto continua trabalhando no sítio. Na atualidade, uma das irmãs, assim como ela própria, é servidora pública no município. A outra não tem lugar certo para morada: “[...] onde ela chega ela fica e lá mesmo dorme”. Ela trabalha em um bar, ajudando a proprietária.

Algumas das famílias onde as irmãs trabalharam eram de amigos do seu pai, segundo ela, pessoas de maior *status* social:

[...] Eu sinto que não tenho relações com as pessoas que meu pai tinha. Não sei através de que que ele se identificou muito com as pessoas mais elevadas. Meu pai tinha uma boa identificação com muitos deles. Eu não alcancei, mas meu pai falou que ele se identificou muito com Padre Antas [...] Eu nem cheguei a conhecer ele [...] Ele se identificava com essas pessoas mais antigas, a família dos Felipe, os donos da terra de Baixa da Nega. É tanto que às vezes, a gente conversando besteira, outro dia eu disse: “Menina, pai escolheu os padrinhos errados pra gente”. Porque esse Ranulfo, era meu padrinho. Me perguntava: “Menina, através de quem papai, arrumou esses padrinhos...”. Assim, ele se identificava com essas pessoas.

O círculo de amizades de Luiz Vicente pode ser apreendido pelo apadrinhamento, no caso dela e das irmãs seguiram a mesma lógica, sempre ocorre por meio da relação de amizade. Na tradição cristã local, o apadrinhamento está relacionado ao cuidado com o filho diante da ausência do pai. Luiz Vicente assegurou às filhas padrinhos que estão, segundo elas mesmas, em uma posição mais elevada. Como foram muitas das amizades da família. Depois, ela ainda comentou que achava isso uma invenção sem pé nem cabeça.

Aparentemente, esse tipo de relação entre os estratos sociais, o fazendeiro e o peão, que antes podiam ser padrinho e afilhado, compadres; atualmente é visto por minha interlocutora como algo sem sentido, tendo em vista a discrepância hierárquica social, exercida e/ou pensada por ela própria e muitos dos seus contemporâneos. Isso tem um peso central do componente religioso, segundo Damiana, seus pais só eram casados no religioso.

Foi através da amizade de Luiz Vicente com correligionários do governo de José Agripino (1983-1986) na cidade que ele conseguiu a inclusão da sua casa de taipa no programa de construção de casas de alvenaria na época. “Eles fizeram um o projeto, quem ficou como avalista, foi Chico de Mira [Fazendeiro da cidade, falecido em 2020], era amiguíssimo do meu pai e da minha mãe”. Perguntei se houve alguma mudança entre as casas, ela respondeu:

Mudou que a gente foi para uma casa e a outra ficou para quando alguém viesse de passagem, ficar. Já no governo de Garibaldi [1995 - 2001], chegou água e energia. Na época acharam muito difícil, porque a adutora tinha chegado aqui em Pedro Avelino. Mas na época de Garibaldi, tinha um assessor dele que tinha amizade com meu pai. Foi através dele que disse que ia conseguir levar [água encanada] e na verdade conseguiu levar água pra lá [para o sítio Boa Vista].

Como se vê, as relações envolvendo a família de Luiz Vicente foram pautadas centralmente nos acordos de amizades entre ele e amigos, líderes, pessoas que detinham poder de mudança real e imediata muitas vezes. Isso foi central para que o sítio tivesse, desde o início do famoso programa de adutoras do governo Garibaldi Filho, o acesso à água potável e encanada. A amizade e os acordos políticos sempre estiveram presentes na saga da família, sobretudo, pelo papel politizado de Luiz Vicente. Tudo isso facilitou a lida na roça, substituindo de imediato os barris e as carroças em seus longos trajetos em busca de água, por água em tempo real. Entre tantas mudanças, uma das principais foi quando aconteceu a morte de Dona Assis. Damiana passou a morar sozinha e, segundo ela, para não depender de ninguém, decidiu vir morar na zona urbana. Veio morar na casa que seu tio, sem filhos, lhe deixou como herança.

Sua mãe carregava muitos silêncios, entre eles, aquele que se registrou, segundo minha interlocutora, no dia da morte de sua tia Luiza, irmã de Dona Assis:

Ela suicidou-se, aí os filhos dela venderam a casa, já faz mais de trinta anos. Isso foi em 1983. Estávamos com uns 3 anos, a gente chegou em 1980 [no sítio Boa Vista]. Ela era próxima [de Dona Assis]. Minha mãe ficou bem mal, passou quase um ano em tratamento. Tipo assim, chamam de depressão, essas coisas. Ela na época era com o sistema nervoso [tinha problemas]. Ficou depressiva, a gente vê hoje como depressão. Minha tia era uma pessoa tranquila, normal. Assim, eu não sei contar a causa, o que levou a isso. Mas segundo tínhamos a impressão, minha mãe sabia o que levou ela ao suicídio, mas ela nunca se abriu. Era viúva na época. Tinha cinco filhos, 3 filhas mulher e dois homens (Transcrição de entrevista gravada em 2023).

O caso do suicídio de sua tia chocou a família e, principalmente, sua mãe; revelando duas nuances entre marido e mulher que já vinha se constituindo ao longo de todo o relato de Damiana: um pai mais político, letrado, cosmopolita e comunicativo; uma mãe não letrada, da atividade doméstica e silenciosa. Algo que se aprofundou no tempo do acontecimento de sua irmã; esse fato foi notícia em um dos principais jornais da época no RN, como se vê abaixo.

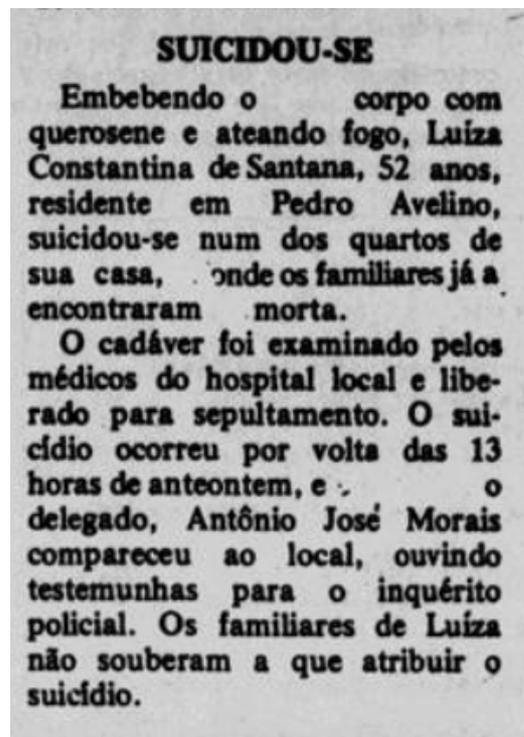


Figura 4: Notícia/Nota no Diário de Natal de 13/05/1983. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital - Diário de Natal.

A morte de Luiza Constância provocou um silêncio em sua mãe, ao qual seus filhos jamais tiveram acesso. Esse caso ocorreu no Bairro São Francisco, local onde parte da família

Ramos morou logo após deixar Baixa da Nega. Parte da família ainda vive no lugar, como é o caso da minha interlocutora, outros se mudaram de cidade como os filhos de Luiza. Segundo Damiana, o seu suicídio foi apenas um dos três ocorridos na mesma localidade, com mulheres e com o uso do mesmo meio. Os outros ocorreram anos depois. A lembrança do suicídio de Luiza hoje é dolorosa para minha interlocutora. Pesa na sua fala, dita sem o riso costumeiro que mantinha enquanto conversávamos.

Entre esse caso e minha interlocutora persiste o silêncio de sua mãe, os segredos que guardou e que nunca se manifestaram, a não ser no próprio imaginário que agora recorda os outros dois casos ocorridos no mesmo lugar e da mesma forma, apontando para algum sentido ao qual nem ela, nem eu consegui saber. Entre a amizade e o silêncio, entre a política e a vida na terra e no lar, o casal Luiz Vicente e Dona Assis criaram os filhos, para um mundo repleto de conhecimentos e mistérios.

De vez em quando minha interlocutora diz que vai ao sítio Boa Vista, certamente a cor da terra amarelada traz consigo as incompreensíveis respostas que por ora só conseguimos imaginar que alguém saberia, que não foram ditas, que estão por dizer e que é base para produção deste mundo que não apenas acolheu ou incorporou os Ramos, mas que foi produzido ativamente por eles, em todos os aspectos: econômico-políticos, sociais, morais, ontológicos e afetivos.

Conclusões

Nem sempre o pertencimento e a permanência no lugar foram características da família Ramos, seja devido às condições econômico-políticas, seja pelo desenvolvimento de laços com o território, como a forma de desarraigamento dos povos à terra. Graças a isso, boa parte do quilombo de Conceição mudou-se para Baixa da Nega. O processo de reelaboração do pertencimento e de produção de territorialidades foi sendo possível devido a outros fatores, por isso hoje consegue-se falar em permanecer em Conceição, ainda que essa não seja uma condição indiscutível. Persiste sempre uma possibilidade de saída e, também, de um retorno. O mesmo não podemos dizer de Baixa, devido à desterritorialização. Os Ramos mostraram a existência de outros processos de territorialização onde, *a priori*, se conservou o mesmo imperativo: sair para voltar. Assim, os descendentes de Luiz e Dona Assis, persistem

indo visitar o sítio Boa Vista, ainda que já não o habitem no dia a dia, é de lá que chegam as lembranças mais alegres e mais dolorosas.

Do ponto de vista da produção do fluxo migratório e da territorialização de Baixa da Nega, podemos perceber que o ciclo do algodão envolveu diversas comunidades negras como Baixa da Nega e muitos outros quilombolas que passaram a compor seu território, vindos de todo o estado. A economia política do algodão contou com participação ativa da força de trabalho quilombola/negra, o que reforça a racialização. Os Ramos são protagonistas nesse sentido. Após a decadência do ciclo, novas migrações aconteceram, novos territórios foram produzidos. A identidade quilombola, nesse caso, mostra-se não apenas portadora da etnicidade, estanque ou dentro de dadas fronteiras, mas como processo genuíno de produção de novas identidades, seja: camponesa, sindicalista, trabalhista, entre outras. Não é possível pensar outros campos e instituições, como sindicato, sem essa presença negra que se desdobra em novos pertencimentos seja à cidade ou ao campo, ao quilombo ou ao assentamento da reforma agrária.

A vida e os desafios da família Ramos são instantes de pensar sua experiência no mundo, seja no vazio deixado pelo pai, na sobrevivência em meio à doença. Ou nas implicações da presença dos Ramos em novos *habitats* partilhando de presença em novos fenômenos. Ler a trajetória de Luiz Vicente e Dona Assis, é também uma experiência de solidão e de construção social, pela qual vemos momentos diferentes da política do país, da saúde pública. Porém, isso é experienciado pelo olhar e sentimento da própria filha, ou pelo imaginar e lembrar da sobrinha, ou pelos documentos que revelam o Estado olhando seus nomes, seus bens, sua vida, via burocracia que procurava monitorar e até perseguir a experiência de resistência dos trabalhadores. As letras mudaram radicalmente a vida da família Ramos, possibilitando compreender o lugar social no mundo, se equilibrar em meio aos dilemas atroztes da estratificação social e racial, da manutenção do poder dos fazendeiros e etc.

O silêncio da Mãe perante as redes e alianças forjadas pelo Pai, formam não apenas o contraste do lar, mas sim o multifacetamento dos Ramos para habitar o mundo, mais até, para produzi-lo, de modo que não conseguimos pensar apenas nas relações políticas e de

produção, mas também afetivas, morais e ontológicas, calcadas na *práxis* do quilombola e do camponês que se formou, que se arraigou e desarraigou, para produzir existência. Luiz Vicente e Dona Assis, assim, compõem juntos um baile dialético entre o silêncio e o barulho, ação e reflexão, mistérios e cosmopolitismo, entre outros. Esse movimento produz as trajetórias de uma família, das pessoas e de todo um território que está em movimento como os sujeitos, como a própria dinâmica da terra. A identidade vai aparecendo — sendo produzida — por meio da construção dos vínculos com o território, com as comunidades, com a própria migração. Essa interação vai possibilitar aos Ramos produzirem a identidade quilombola e camponesa, mas, acima de tudo, conseguirem produzir novas identificações cuja centralidade não está estancada no lugar, embora esse pertencimento uma hora surja e torne-se um pilar. Assim, a vida da família Ramos foi de produzir o próprio mundo e de não aceitar que as coisas estivessem simplesmente dadas.

Ao longo do texto, é possível verificar que essas trajetórias estão perpassadas pela colonialidade como uma evocação do poder colonial que se reproduz através de suas estruturas sociais. Isso viabiliza um projeto de dominação que se manifesta nos silenciamentos dessas vozes, como é o caso da historiografia oficial, quando os cânones omitem ou reduzem a influência negra e da mulher, produzindo uma história sob uma ótica branca e do homem. Essa violência também se manifesta em meio às vidas e aos territórios, como os Ramos que, mobilizados pela necessidade, iniciaram uma nova jornada com a migração; também, depois, quando estão imersos em um ciclo de produção político e econômico colonial.

Os Ramos, como outros membros de quilombos e a população negra, foram envolvidos pelo drama colonial da exploração da força de trabalho e, antes disso, a sobrevivência exigiu uma experiência de desarraigamento da terra-mãe, a Conceição. A condição de exploração não coaduna, na trajetória de Luiz e de sua família, com a passividade. Resistir sempre foi um imperativo que ocorreu de diversas formas, pelas letras, aprendendo a lidar com a sociedade da época, rompendo quando necessário; criando alianças, mas também por meio de silêncios que não são explicáveis por uma lógica meramente racional. São sensações, medos e conhecimentos que só aparecem manifestados pelos fatos e artefatos, pela comida, reunião de família, sorrisos, entre outros.

Investigar essas trajetórias é apenas uma das formas e um dos começos possíveis para enxergarmos toda a complexidade da dominação e das lógicas de poder colonial; bem como, da resistência ante a colonialidade. As mulheres hoje guardam a memória e, ao mesmo tempo, trabalham com ela, produzindo sentido não apenas do passado, mas do presente e do futuro, como formas de voltar à terra, ao território que está lá apreendido em suas lembranças, como forma de rememorar para não esquecer de onde se veio, pois é a partir de lá que podemos entender como chegamos ou escolhemos para onde ir. Assim, fizeram os Ramos, especialmente, a família de Luiz Vicente e Dona Assis.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Janaiky Pereira; NEVES, Daniela; SILVA, Caroline Tertuliano; RIBEIRO, Anna Clarice Assunção. Lutas de classe e resistências dos povos negros e indígenas no Rio Grande do Norte - RN. *Temporalis*, v. 22, n. 43, pp. 191–206, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2021.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: FJA, 1985.

CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. BURITY, Joanildo (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte. *Mneme: Revista de Humanidades*. Caicó: v. 4, n.8, p. 1-79, 2003.

CAVIGNAC, Julie. Os filhos de Tereza: narrativas e religiosidade na Boa Vista dos Negros/RN. *Tomo*, n. 11, pp. 77-102, 2007.

CLEMENTINO, Maria Livramento. O algodão e a vida urbana. *Revista de Economia Política do Desenvolvimento*. Maceió: v. 3, n. 1, 2010.

DUSSEL, Enrique. *A ética da libertação na era da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Victória Mello; SOUZA, Leonardo da Rocha Bezerra. As fronteiras ontológicas da colonial-modernidade: um diálogo entre Quijano, Segato, Gonzalez e Cusicanqui. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*. Boa Vista: v. 18, n. 53, pp. 525-548, 2024.

FURTADO, Maria Regina. A força de trabalho do Gentios d'Angola e dos Crioulos na Economia da Vila do Príncipe (RN) 1850/1890. In: *Troncos, ramos e raízes! História do patrimônio cultural do Seridó negro*. CAVIGNAC, Julie; MACÊDO, Muirakytan (Orgs.). Natal/Brasília: EDUFRN/ABA, 2014.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Petrópolis: Vozes, 2019.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: n - 1 Edições, 2018.

MILLS, Charles Wright. Biografia, História e Sociedade. In: *Comunidade e Sociedade*. FERNANDES, Florestan (Org.). São Paulo: Editoras Nacional/USP, 1973.

MOURA, Clóvis. *Resistência à escravidão*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza. Comunidades Quilombolas em Santana do Matos, Sertão do Rio Grande do Norte, RN: invisibilidade étnica e social. *Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros*, v. 4, n. 11, pp. 38-67, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço e Tempo*. São Paulo: Edusp, 2017.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

Leonardo Bezerra: Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participa do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS).

Texto recebido em: 12/10/2024

Texto aprovado em: 17/12/2024